

**DISCURSIVIDADES DA RAZÃO GOVERNAMENTAL DURANTE  
PANDEMIA DO COVID-19**  
**DISCURSIVITY OF THE GOVERNMENTAL REASON DURING THE COVID-  
19 PANDEMICS**

Elisa Anjos da Silva<sup>1</sup>

Nilsa Brito Ribeiro<sup>2</sup>

Unifesspa

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar efeitos de governamentalidade em reportagens produzidas pela Agência Pará de Notícias do Governo do Estado do Pará, durante a pandemia do Covid-19, sob a compreensão de que é no domínio da governamentalidade que as políticas de Estado colocam em funcionamento os dispositivos de segurança da população. Tal como postulam os estudos foucaultianos, na governamentalidade e na biopolítica, se há ganhos, por um lado, com políticas públicas que se apresentam como formas de proteção e de cuidado com a população, por outro lado, há perdas, quando por meio de tais políticas o Estado atua fortemente no controle e na produção de subjetividades. Neste sentido, as análises não têm o intuito de reunir toda a massa documental do arquivo produzido sobre/durante a pandemia, no âmbito do Estado, mas de circunscrever como os discursos da governamentalidade e da biopolítica colocam em movimentos diferentes domínios do saber, cuja rede de sentidos atua na produção e na condução de condutas, de controle dos corpos, de enquadramento dos sujeitos em espaços de circulação e de produção de verdades. É nessa perspectiva que apreendemos enunciados que circulam nos discursos governamentais sobre a pandemia do Covid-19, deixando entrever como a arte de governar coloca em jogo diferentes estratégias que, não apenas se voltam ao domínio da saúde da população, mas, sobretudo, atuam massivamente sobre corpos normalizados por técnicas da racionalidade governamental.

**Palavras-chave:** Razão Governamental; Condução de Condutas; Pandemia do COVID-19.

**Abstract:** The present work aims to analyze the effects of governmentality in news stories produced during the covid-19 pandemic by Agência Pará de Notícias which belongs to the Government of Pará, Brazil. We rely on the understanding that, in the realm of governmentality, states policies put in motion devices for the safety of the population. As postulated by Foucaultian studies, governmentality and biopolitics, if there are gains in public policies presented as

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), linha de pesquisa: linguagem, discurso e sociedade. Servidora da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGEPA). E-mail: [elisaanjosilva@gmail.com](mailto:elisaanjosilva@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professora Titular, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Docente aposentada, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, ambos da Unifesspa. Coordena o grupo de pesquisa "Práticas discursivas: saber, poder e resistência cultural (CNPq). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: produção discursiva e dinâmicas sociais na Amazônia; linguagem, discurso e sociedade, com foco nos seguintes temas: relações de poder-saber; governo das condutas e microlutas. E-mail: [nilsa@unifesspa.edu.br](mailto:nilsa@unifesspa.edu.br)

protection and care for the population, there also are losses when the state is overactive in the control and in the production of subjectivities through those policies. The present analyses, therefore, are grounded on Foucaultian studies not to collect the all documents in the archive produced about/during the pandemic, but to circumscribe in the analyses how discourses of governmentality and biopolitics put into motion various fields of knowledge whose network of meanings engages in the production and in the conduction of attitudes, control over bodies, framing of subjects in spaces of circulation and production of truths. From this perspective, we select utterances that circulate in the governmental discourses about the covid-19 pandemic, allowing a glimpse of how the art of governing plays with different strategies that focus not only on the population's health, but mostly on the regulation of conduct and on the production of subjectivities, acting massively upon bodies normalized by techniques of governmental rationality.

**Keywords:** Governmental Reason; Conduction of Conduct; Covid-19 Pandemic.

**Recebido em 30 de agosto de 2023**

**Aprovado em 20 de dezembro de 2023.**

## **Introdução**

Com a pandemia do COVID-19, criou-se um cenário mundial repleto de medos, inseguranças e incertezas, que levaram várias entidades governamentais e não governamentais a adotarem diferentes estratégias e saberes para conter a disseminação do vírus e encontrar solução para acabar com a doença, ou ao menos atenuar sua rápida disseminação. Com isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou protocolos de segurança epidemiológicos, sugerindo aos representantes dos países que tomassem medidas preventivas contra a proliferação e contágio do vírus, recomendação que não foi bem recebida pelos líderes de alguns países, dentre eles o do Brasil. As frequentes manifestações do então presidente do Brasil, contra a prevenção da doença, geraram polêmicas entre o Governo Federal e alguns governadores estaduais acerca das medidas necessárias para a contenção do contágio da doença Covid-19 e para a proteção da população, que à época se encontrava vulnerável ao vírus, já disseminado pelo mundo.

Diante da negação da doença e produção de *fake news* pelo próprio Governo Federal, e, conseqüentemente, da inoperância em adotar protocolos sanitários, em criar um plano contingencial etc., coube a cada esfera de governo (em âmbitos estadual e municipal), adotar políticas sanitárias próprias, para abrandar o quadro da pandemia, no limite de suas competências administrativas, de modo que, a maioria dos governantes

criaram seus próprios Grupos de Trabalho (GTs) e protocolos de biossegurança, orientados pelas recomendações da OMS.

É nesse quadro pandêmico que o Governo do Estado do Pará anunciou a criação de uma força-tarefa, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e de outros órgãos do Estado (esferas pública e privada), para combater a pandemia de Covid-19, adotando um conjunto de medidas preventivas, dentre elas, atos normativos, atos de governo e, especialmente, a publicidade governamental que propagava a publicação de cada ato governamental (publicação de decretos, compra de insumos e de equipamentos médicos e hospitalares, criação de hospitais de campanha, contratação de novos profissionais da saúde etc.).

Com o interesse em analisar discursividades produzidas, nesse momento histórico, na esfera de poder estatal do Pará, é que estabelecemos como objetivo de trabalho analisar efeitos de governamentalidade em reportagens produzidas pela Agência Pará de Notícias, do Governo do Estado do Pará, durante a pandemia do Covid-19, procurando apreender como a relação poder, saber e verdades se articulam na produção de sentidos, a partir de um dispositivo de segurança.

Aventamos a hipótese de que os discursos governamentais produzidos em torno da pandemia de Covid-19 colocam em funcionamento tecnologias de poder que, para além do cuidado com a população, expõem os modos como as condutas da população são normatizadas e normalizadas. (FOUCAULT, 1999). Ou seja, a partir de discursos sobre o cuidado com a população, a razão governamental coloca em jogo diferentes estratégias que, não apenas se voltam à saúde da população, mas, sobretudo, a regulam em suas condutas e em suas subjetividades, produzindo corpos vigiados, controlados e normatizados, embora os regimes de condução de condutas estejam sempre ameaçados e incitados pelas resistências que atuam como parte do poder.

Em nossas análises, adotamos o método arqueológico foucaultiano, segundo o qual todo discurso se constitui e se atualiza numa relação de entrecruzamentos, de reconfiguração ou de rejeição a outros discursos.

## **1. Estudos discursivos foucaultianos**

É investigando as condições históricas de possibilidades dos discursos que Foucault (2010) se situa no domínio dos estudos discursivos, destacando que uma análise discursiva não se limita ao estudo do sistema linguístico. Interessa ao autor fazer a análise das dispersões na história de transformações discursivas, assim como descrever o campo de possibilidades de todo discurso, a partir das operações e das transformações próprias de uma prática discursiva; interessa, ainda, mostrar que os sujeitos, ao falarem, se inscrevem em práticas discursivas, tendo aí seu lugar de possibilidades e de deslocamentos. (FOUCAULT, 2010).

É nessa perspectiva que Foucault (2010) propõe fazer uma história arqueogenalógica de domínios do saber e não da estrutura gramatical ou da intenção do falante. Interessa ao autor compreender as materialidades em sua função enunciativa, como fatos de discurso. Sendo assim, a análise se volta para a lei de existência dos enunciados e para as condições históricas que determinam sua existência, emergência, substituição, etc. Por isso, ao invés de perguntar pelas regras linguísticas que estruturam um dado enunciado, Foucault pergunta sobre como apareceu um enunciado em um dado momento histórico e não outro em seu lugar. Nesse sentido, desenvolver “[...] uma análise de discursos pensada a partir da caixa de ferramentas foucaultiana deve ser um projeto que proponha compreender a formação, a circulação, a transformação das práticas discursivas.” (GREGOLIN, 2008, p. 9). Nessa direção, Veiga-Neto (2007) enfatiza que

[...] se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. (VEIGA-NETO, 2007, p.19).

Devido à heterogeneidade de suas obras, Foucault tem seus trabalhos periodizados em três fases ou “domínios foucaultianos”, divididos por critérios metodológico e cronológico, para fins didáticos. São eles: “[...] os domínios do *ser-saber*, do *ser-poder* e do *ser-consigo*.” (VEIGA-NETO, 2007, p. 42).

O primeiro domínio – *ser-saber* – trata da fase arqueológica, voltado para os estudos dos saberes e para sua constituição; no segundo, Foucault centra o foco nas

questões relacionadas aos mecanismos de poder, compreendendo assim uma genealogia do poder, pela qual aborda as relações entre as práticas discursivas e as não discursivas; no terceiro domínio, refere-se à fase da ética ou arqueogenealógica, onde trata da constituição do sujeito.

Veiga-Neto (2007) observa que a passagem entre as três fases de Foucault está associada mais à ordem da transformação do que à ordem da ruptura, uma vez que, para o autor, Foucault não produz rupturas entre uma fase e outra, seu procedimento de trabalho está mais relacionado às novas formas de pensar o saber, o poder e a ética. Sobre isso, o próprio Foucault (2008a) destaca que não pretende fazer uma análise tradicional, do tipo que procura fazer a história de um determinado tema com seus métodos e suas noções, pois assim seria fazer uma história do mesmo, o que pretende é fazer uma história arqueogenealógica, enquanto procedimento, “que fale de cortes, falhas, abertura, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições súbitas.” (FOUCAULT, 2008a, p. 191).

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. (FOUCAULT, 2006, p. 255).

Conforme destacado por Veyne, “[...] Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito”, e essas observações demonstram “que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes.” (VEYNE, 1998, p. 252).

Neste sentido, ao utilizar a análise arqueogenealógica enquanto procedimento, o autor não está preocupado com uma temporalidade linear, seu interesse não é buscar o começo das coisas, pois para ele o ponto de partida não é a origem, mas onde (momento da história) o analista (posição de alguém que fala e que produz recorte) escolhe “recortar” para realizar sua pesquisa sobre uma determinada problemática (que está

inserida em uma determinada categoria), produto de um conjunto de verdades sobre um tema. Dessa forma, o objetivo de suas análises não é determinar o que vem a ser ou não verdade, mas investigar como determinados saberes são consolidados como verdades em determinadas práticas sociais.

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder, tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações de verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Ao tratar da relação verdade, poder e saber, Foucault (2006, p. 232) adverte que “Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável.”, pois o poder é um exercício, “[...] um modo de ação sobre as ações dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), portanto, descarta-se qualquer perspectiva de análise que tome o poder como algo estático. Sendo assim, o poder não é algo que se exerce fora da relação com as resistências, uma vez que toda relação de poder pressupõe a resistência implicada nessa relação.

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De que modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta [...], e a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião; e é toda esta agitação perpétua que gostaria de tentar fazer aparecer. (FOUCAULT, 2006, p. 232).

É sob essa compreensão de discurso, sujeito e poder que trilha a nossa reflexão acerca da produção de discursos do poder-saber durante a pandemia do Covid-19, a partir das discursividades produzidas pelo poder estatal. Tal discursividade é apreendida em nossas análises como efeito da razão governamental que, por meio do dispositivo de segurança, coloca em funcionamento um conjunto de técnicas, mecanismos, estratégias. No item seguinte revisitaremos os conceitos de governamentalidade, biopolítica e biopoder, justamente pela contribuição que eles oferecem a nossas análises.

## **2. Governamentalidade, Biopolítica e Biopoder**

Alguns temas foram muito caros a Foucault, tais como governamentalidade biopolítica e biopoder, ao tratar dos primeiros objetos de saber e de controle da tecnologia do poder. Detendo-se à caracterização do funcionamento do que nomeou de “razão de Estado” que se havia construído no decorrer do século XVI, passando pelo século XVII, até meados do século XVIII, Foucault (2008c) observa que a razão do Estado é, nesse momento, caracterizada por um certo número de regras e princípios que limitam ou regulam o próprio Estado e que são exteriores a ele. Passando à problematização da razão de Estado moderno, a partir de meados do século XVIII, o autor destaca que o modo de regulação da arte de governar passa por transformações importantes. Se até meados do século XVIII as limitações da razão governamental se situavam fora do Estado (sejam leis divinas, morais, naturais, organização da produção, organização urbana, instituições judiciárias etc.), na arte de governar moderna, o princípio de limitação passa a ser constitutivo da prática governamental. Não se trata de estabelecer uma demarcação que determine o que o indivíduo pode fazer e o que não poder fazer, assim, como a limitação da racionalidade governamental não é mais buscada fora do Estado, ou seja, trata-se de uma limitação que surge em função dos objetivos do governo. (FOUCAULT, 2008c).

Nas palavras de Foucault, “Toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais” (FOUCAULT, 2008c, p. 17), justamente porque o foco das práticas governamentais modernas passa a recair sobre a delimitação e o cálculo do que se considera como o excesso do governo.

Nesse sentido, na razão governamental moderna vai emergir um regime de verdade e práticas enquanto um dispositivo de saber-poder que atua como princípio de autolimitação do Estado. É no interior da nova arte de governar que, segundo Foucault, vai ter lugar a biopolítica, por meio da qual diferentes campos do saber vão se formar como lugar de veridificação, com seus regimes próprios de produção de verdade. Na biopolítica a governamentalidade vai munir-se de um saber que permita o poder encarregar-se eficazmente da população, a partir das políticas do bem-estar, da saúde, do trabalho, do modo de vida e do modo de conduzir as condutas da população.

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...] Mas, o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 1999, p. 134).

É nessa perspectiva que Foucault organizou uma série de problematização em torno de alguns objetos como a loucura, a sexualidade, as instituições penais etc., procurando compreender, por meio das práticas de confissões, dos relatórios médicos etc., como esses objetos (a loucura, a sexualidade, a doença) são falados pelas instituições a partir de uma história do verdadeiro, a partir de um “[...] conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados como verdadeiros ou falsos.” (FOUCAULT, 2008c, p. 49).

É no século XVIII que se altera a forma de soberania sobre a vida dos súditos, passando a funcionar um dos fenômenos fundamentais que Foucault (2005) denominou de “assunção da vida pelo poder” - “estatização do biológico”-, ou seja, passa a funcionar um novo tipo de direito do soberano sobre a vida e sobre a morte, cabendo a ele “fazer morrer e deixar viver”. Na percepção de Foucault, no século XIX, opera-se uma nova transformação no poder político, agora, a partir do fenômeno “fazer viver e deixar morrer.” (FOUCAULT, 2005, p. 285-286). Se, antes, as técnicas de “fazer morrer e deixar viver” eram centradas no corpo do indivíduo, a partir de toda uma tecnologia capaz de tornar o corpo cada vez mais dócil, produtivo e útil para a sociedade, a partir de meados do século XVIII, vai aparecer algo novo, não disciplinar, ou seja, surgem as novas tecnologias de poder que tanto pode “causar a vida ou *devolver* à morte”. (FOUCAULT, 1999, p. 130).

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? (...) trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na



segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (...). São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 2005, p. 289-290; 291).

Embora ainda se conservem técnicas disciplinares de “fazer morrer e deixar viver”, a centralidade agora não é mais no corpo do indivíduo, mas sobre a espécie humana (sobre o idoso, sobre a juventude, sobre a mulher, sobre o doente, sobre o indígena, sobre o negro, sobre o analfabeto etc.), ou seja, a atuação do Estado recai sobre certos grupos sociais da espécie humana (FOUCAULT, 2005), a partir de tecnologias de poder, de uma razão governamental produtora de novas subjetividades. A partir de então as tecnologias de poder são colocadas em funcionamento sob a lógica governamental de um cuidado com a população, embora esse cuidado tenha custos para essa mesma população, na medida em que o cuidado governamental vem acompanhado do governo das condutas desses grupos a partir de políticas de Estado fundadas em relações de saber-poder, em controle de condutas.

Essa nova tecnologia de poder não disciplinar - que não exclui a disciplina, mas a modifica e a integra-, se aplica à vida dos homens, por meio de uma biopolítica, de uma política da vida humana. Diferente da técnica disciplinar que é dirigida ao corpo, a nova técnica de poder destina-se ao ser vivo, homem-espécie, não mais ao homem-corpo. É nesse sentido que Foucault opera, também, com o conceito de biopoder, entendido como:

[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. Então, antes de mais nada, um certo número de proposições, por assim dizer, proposições no sentido de indicações de opção: não são nem princípios, nem regras, nem teoremas. (FOUCAULT, 2008b, p. 3).

Como destaca ainda o autor, a biopolítica atua sobre a vida, centrada nos mecanismos do ser vivo e nos processos biológicos. “A biopolítica lida com a população,

e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder.” (FOUCAULT, 2005, p. 292-293). A biopolítica trata da gestão da vida dos indivíduos, das populações, da espécie, por meio das tecnologias do biopoder, circulando entre o poder disciplinar e o poder regulamentador.

Assim é que Foucault (2008b) propôs o desenvolvimento de uma história baseada em uma mentalidade governamental, uma *governamentalidade*, uma “arte de governar” com “[...] sua própria razão, sua própria racionalidade, sua própria *ratio*”, de modo que por governamentalidade o autor compreende:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’. (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Assim, segundo o autor, a governamentalidade compreende as instituições, os procedimentos, os cálculos, as técnicas, as estratégias por meio das quais o Estado racionaliza as práticas de poder, tendo como alvo a população. Pela governamentalidade, subjetividades são construídas, corpos são controlados, ações e comportamentos são regulados.

As problematizações levantadas por Foucault acerca da governamentalidade, da biopolítica e do biopoder nos ajudam a compreender o poder, não como uma essência, uma substância, mas como parte das relações que se travam na sociedade, em campos específicos, com suas regras de constituição e de transformação, com sua política de verdade específica de um momento e de um campo dado. As reflexões do autor nos permitem analisar efeitos de saber-poder produzidos em um momento histórico específico

do nosso presente que é o momento da pandemia do Covid-19, mas, lançando um olhar para as lutas, os combates, as estratégias de poder colocadas em jogo nesse momento.

É pela análise do dispositivo de segurança que podemos pensar sobre as condições de possibilidade de dizer no contexto da pandemia do Covid-19, sobre o funcionamento das discursividades que atravessaram/atravessam diferentes domínios do conhecimento, tendo como alvo a regulação da vida da população. No funcionamento discursivo das práticas sociais durante a pandemia, o fenômeno “fazer viver” (com medidas sanitárias, produção de vacinas, vigilância sanitária, enfim, todo um arcabouço legal instituído para ordenar os tratamentos contra o Coronavírus) entrou em correlação com o fenômeno “deixar morrer” (não somente a morte física de pessoas jogadas nas “valas abertas”, mortas pelo vírus Covid-19), mas também outras mortes (sociais, culturais, afetivas, psicológicas etc.). É na relação entre viver e morrer que as linhas de força do dispositivo de segurança atuam, fazendo sobressair muito mais as técnicas de racionalidade e de condução das condutas do que efetivamente o controle da doença.

### **3. Tecnologias do dispositivo de segurança**

Ao nos determos à análise de enunciados, agenciados e distribuídos pela Agência Pará de Notícias, durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), cumpre salientarmos que não pretendemos traçar uma história da doença, mas de fazer aparecer na rede de sentidos como esse objeto é falado e como os sujeitos são conduzidos em suas atitudes em relação à doença. Interessa-nos fazer, portanto, uma análise das regularidades enunciativas apreendidas na dispersão de posições de sujeitos afetados pela governamentalidade do poder.

Mobilizamos nas análises, efeitos de sentido cujas transformações enunciativas atravessam regularidades discursivas que colocam em funcionamento as linhas de força do dispositivo de segurança, a partir: da repartição dos corpos bons e ruins, em que a discursividade de proteção da vida normaliza as interdições do poder durante a pandemia; da criatividade governamental que coloca em funcionamento a mecânica de “fazer viver

e deixar morrer” justificada por uma racionalidade, um cálculo, uma média e, por fim, a linha de força do dispositivo de segurança atuando sobre o engajamento da população, no agenciamento de condutas da própria população, cuja finalidade em si mesma é a otimização da força governamental.

### 3.1 “É questão de segurança, não temos nada contra os brasileiros”: a repartição dos corpos

**Figura 1.** Entrevista coletiva do Governador do Estado do Pará .



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18553/>

#### **Governador do Pará Hélder Barbalho em entrevista coletiva anunciando as primeiras medidas do Estado contra o Covid-19.**

Sobre o voo que chegará do Suriname, Helder Barbalho recorreu à Justiça, mas frisou que a proteção da população é prioridade “Não temos nada contra os brasileiros que estão vindo. É só uma questão de segurança nossa. Com a falta de diálogo e de informações, entramos, imediatamente com essa medida cautelar para orientar e cobrar da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que atua dentro do Aeroporto, para que possa proceder efetivamente neste caso, e não corramos o risco de vir pessoas com sintomas, aumentando o risco de contágio no Estado”, reiterou Hélder Barbalho aos jornalistas.

O governador informou que aguarda uma teleconferência com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e demais governadores, ainda neste sábado (21), conforme um comunicado que recebeu do Palácio do Planalto.

**"Não vou pedir licença"** - Perguntado sobre a conduta do governo federal em relação às medidas decretadas nos estados, Helder Barbalho foi enfático. “Nós não queremos agir contra o governo federal, mas não vamos ficar esperando eles agirem. Eu não vou pedir licença para proteger os paraenses. Se quiserem ajudar são muito bem-vindos, mas eu preciso proteger a população paraense e, cabe a mim, liderar esse movimento que estamos tendo na sociedade”, afirmou.

Antes mesmo da decisão da Justiça Federal sobre a medida cautelar, o Governo do Pará começou a tomar providências no Aeroporto de Belém para a chegada do voo oriundo do Suriname. Uma estrutura, com agentes da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) e da Polícia Militar, será montada para impedir que os passageiros circulem pela cidade sem segurança e um diagnóstico adequado sobre suas condições de saúde. Se os passageiros do Suriname não forem paraenses e tiverem como destino outros estados, o governo pretende custear os voos de conexão. [...] (Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18553/>).

No trecho da reportagem que acompanha a figura 1, publicada na Agência Pará, em março de 2020, ao anunciar as primeiras medidas de combate à disseminação do Covid-19, o Estado, por meio de práticas de governamentalidade, se apoia em cálculos de proteção à vida da população, a partir de diferentes técnicas do dispositivo de segurança (aparato jurídico por meio da Justiça Federal, administração pública do Estado por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Secretaria de Segurança Pública). Assim, as tecnologias de poder “[...] trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada”. (FOUCAULT, 2008b, p. 28).

Antes mesmo de um discurso do verdadeiro se consolidar acerca da doença, o Estado arregimenta suas técnicas de poder, as quais potencializam a força do próprio Estado na demarcação de estratégias de segurança da população e do território. Ou seja, as técnicas jurídicas e administrativas oferecem à governamentalidade elementos para a produção de vontade de verdades, numa relação indissociável entre saber, poder e verdade. Esse é o tipo de poder que está na base da pergunta foucaultiana: “qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

Compreender o funcionamento das relações de poder numa sociedade como a nossa, permite-nos compreender também como os discursos do poder (não apenas o poder estatal, mas toda relação de poder) engendram uma economia de produção de verdades por meio da qual, inserida em um jogo de forças, se fabricam subjetividades.

Assim, voltando à materialidade discursiva da Figura 1, a sequência: *Sobre o voo que chegará do Suriname, Helder Barbalho recorreu à Justiça, mas frisou que a proteção da população é prioridade. Não temos nada contra os brasileiros que estão vindo. É só uma questão de segurança* remete a uma discursividade que, ancorada em técnicas de

biopoder disponibilizadas pelo dispositivo de segurança, produz como efeito de sentidos o jogo de forças do Estado que, por um lado, se mostra forte e atuante na adoção de medidas de proteção da população paraense, enquanto prioridade da governamentalidade (*Helder Barbalho recorreu à Justiça, mas frisou que a proteção da população é prioridade*). O enunciado *Não vou pedir licença*, reforça o efeito de intensificador da força do Estado.

Por outro lado, a política de contenção dos perigos e dos riscos que a população enfrenta com o Covid-19 se faz por meio de um corte, de uma repartição na população brasileira, cujo efeito de sentido é contornado pelo jogo enunciativo da antecipação da posição do outro: *Não temos nada contra os brasileiros que estão vindo*. No discurso da proteção à vida da população e do território, emergem a trama efetiva das relações de poder, os mecanismos de sujeição, de interdição e de repartição, que funcionam como intensificadores do poder. É com base nessa antecipação que a governamentalidade arregimenta suas estratégias de Estado forte e reforça sua positividade: *uma questão de segurança; Orientar e cobrar; a proteção da população é prioridade; Eu não vou pedir licença para proteger os paraenses*. Nessa discursividade, o governador, ocupando a posição social de chefe de Estado, mobiliza um saber-poder supostamente necessário para o enfrentamento da pandemia no âmbito do Estado do Pará. A força do Estado se marca, sobretudo, na seguinte passagem: *[...] entramos, imediatamente com essa medida cautelar para orientar e cobrar da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que atua dentro do Aeroporto, para que possa proceder efetivamente neste caso [...]*. Nessa sequência enunciativa, observa-se que, ao colocar em funcionamento técnicas e mecanismos do dispositivo de segurança, produz-se também o quadriculamento do espaço onde se distribuem os corpos, a partir de práticas divisoras. (FOUCAULT, 1995).

A postulação foucaultiana de que na biopolítica prevalece o direito de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287) se manifesta nesse discurso, na medida em que entra como cálculo da governamentalidade o direito de viver da população paraense, ainda que sob a interdição de outros corpos: passageiros não paraenses. Como argumenta Veiga-Neto (2007), não se trata aqui de glorificar ou rejeitar as ações de Estado, trata-se de problematizar os elementos que estão em jogo nessas práticas discursivas, e que

colocam em funcionamento relações de poder, nem sempre violentas, mas sempre a partir de um modo de alguns agirem sobre outros.

Nesse jogo discursivo, a relação saber-poder se manifesta com maior força, na medida em que a proteção da população pelo Estado se faz aliada aos saberes: médico, jurídico, policial etc. (*Uma estrutura, com agentes da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) e da Polícia Militar, será montada para impedir que os passageiros circulem pela cidade sem segurança e um diagnóstico adequado sobre suas condições de saúde*).

[...] Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza dos tecidos. Não é portanto a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados. (FOUCAULT, 2008b, p. 164).

Por isso mesmo, para o autor, o que se deve colocar em questão como o grande problema da contemporaneidade é o excesso de governamento do poder. Sabendo que somos governados em excesso, uma questão que se apresenta é sobre o motivo de obedecermos tanto e aceitarmos ser governados como somos.

### **3.2 “É hora de fazer mais com menos”: o cálculo da arte de governar**

Na figura 2 temos a imagem do governador do Estado do Pará ladeado por dois membros de sua equipe de governo, em entrevista coletiva concedida para tratar das medidas econômicas adotadas pelo Estado, para o enfrentamento à pandemia do Covid-19.

**Figura 2:** Governador Hélder Barbalho e membros de sua equipe de governo



O governador Helder Barbalho (c) garantiu que a redução de custos não atinge as ações de enfrentamento à pandemia

Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18894/>

#### **Governo alinha enfrentamento à Covid-19 com medidas de austeridade fiscal**

Helder Barbalho reiterou ao secretariado e a outros gestores públicos a necessidade de adequar as ações de Governo à realidade econômica imposta pela pandemia. Na noite desta quarta-feira (8), o governador Helder Barbalho conversou, via videoconferência, com membros do secretariado e dirigentes de outros órgãos públicos estaduais para reforçar as orientações do Governo sobre o novo decreto (<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/de670.pdf>) destinado ao controle de gastos e equilíbrio fiscal. As medidas valem durante o período de pandemia de Covid-19. O governador garantiu que as ações de combate à doença causada pelo novo Coronavírus não sofrerão cortes financeiros.

[...]

“Precisamos adequar as ações de Governo à nova realidade econômica deste momento excepcional que vivenciamos. Inicialmente, estamos com uma previsão de queda de pelo menos R\$ 2,5 bilhões na arrecadação. A realidade nos obriga a exercermos a criatividade gerencial, para atravessarmos esse período desafiador. Temos variáveis temporárias que não podemos controlar. É hora de fazer mais com menos, otimizar gastos, ajustar planejamentos e entrega de ações que já estão em andamento”, ressaltou o governador.

Na videoconferência, Hélder Barbalho reafirmou que o Executivo Estadual está equilibrando ações para conciliar o combate e enfrentamento ao novo Coronavírus ao funcionamento da máquina pública. “É uma determinação do governo do Estado para que sejam realizadas adequações a esta nova realidade. Evidentemente que existem especialidades, principalmente nas ações de enfrentamento ao Coronavírus”, disse o governador. [...] (Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18894/>).

Da esquerda para a direita da figura 2, temos a imagem da Secretária de Administração do Estado do Pará, ao centro, o governador do Estado, à sua frente, sobre



a mesa, duas placas, uma com a identificação do nome governador e outra com a inscrição *#FiqueEmCasa*<sup>3</sup>, e à direita, o secretário de Saúde do Estado do Pará. É possível apreender nesse funcionamento discursivo a vontade de verdade da razão governamental constituída pela articulação entre o saber político-administrativo e o saber médico, uma articulação de saberes que permite a forte atuação do Estado no governo das condutas da população, a partir de práticas políticas administrativas e médicas. Saúde e administração política e econômicas foram dois domínios de saber-poder fortemente arregimentados durante a pandemia, produzindo efeitos de verdade sobre a população. Assim, entram em funcionamento no discurso da pandemia novas técnicas próprias da arte de governar, com finalidades específicas, voltadas para um objeto de saber específico, que foi a doença Covid-19.

Na arte de governar, a razão governamental não se centraliza apenas nas mãos de um governador, as posições hierárquicas são necessárias, de tal maneira que o poder seja distribuído e capilarizado em diferentes instâncias do poder, enquanto efeito da própria governamentalidade. Assim, de acordo com a mídia estatal, *O governador Hélder Barbalho conversou, via videoconferência, com membros do secretariado e dirigentes de outros órgãos públicos estaduais para reforçar as orientações do Governo sobre o novo decreto*. Além disso, se por um lado, o fato histórico, que foi a pandemia, leva o Estado a produzir discursividades sobre mecanismos necessários para fazer a população viver, com medidas de proteção contra o vírus, por outro lado, esse mesmo Estado produz discursividades que remetem a deixar parte da população morrer, para que outra parte possa viver. É nesse sentido que se formula o enunciado: *Precisamos adequar as ações de Governo à nova realidade econômica; A realidade nos obriga a exercermos a criatividade gerencial; É hora de fazer mais com menos, otimizar gastos, ajustar planejamentos*. A discursividade ancorada em técnicas governamentais aponta para a necessidade de mudanças estruturais na economia, durante a pandemia, no que se refere

---

3 Essa e outras iconografias (*#PorTodoPará; #PrevençãoPorTodoPará; #coronavírus; #InfraestruturaPorTodoPará; #AquiTemGoverno; #BoraVacinar; #VivaaCiência; #SaúdePorTodoPará, #VacinaParaTodos*, etc.), foram muito utilizadas pela mídia digital para promover a divulgação das ações governamentais do Estado do Pará, durante a pandemia do Covid-19.

a readequações salariais da população, contenção de gastos públicos com a população etc. Suscitamos aqui uma problemática: que grupo populacional será mais afetado com tais medidas, sobretudo durante a pandemia?

Assim, “medidas de austeridade fiscal”, mudanças de planejamento, ou seja, o fazer “mais com menos” é recoberto pelo saber-poder-político-administrativo-econômico da arte de governar, cuja criatividade se ampara nos cálculos, nas taxas de previsão econômica (*Inicialmente, estamos com uma previsão de queda de pelo menos R\$ 2,5 bilhões na arrecadação.*). Veiga-Neto e Lopes argumentam, para o Estado moderno, “[...], se aquilo que está em jogo é executar o melhor – mais efetivo, mais econômico, mais permanente – governo da população, então é preciso, antes de mais nada, promover o maior ordenamento possível dos elementos que a compõem.” (VEIGA-NETO E LOPES, 2007, p. 958-959).

Tem-se, portanto, na discursividade da governamentalidade provedora de bem-estar social, a busca de estratégias que lhe garantam a melhor forma de governar, como a melhor forma de lhe garantir o governo daquilo que compõe a população, ainda que o melhor governo recaia sobre a redução de salários de uma população que, em tempos de pandemia, teve sua vida afetada em diferentes domínios. Ou seja, nem toda a população é coberta pelo cálculo “fazer viver”. Na razão governamental importa apenas que parte da população entre em uma média suportável, dentro do previsível.

No próximo tópico, colocamos em foco como, durante a pandemia, o Estado recorreu a técnicas de vigilância para o controle da população e como a própria população se tornou vigilante de si mesma, enquanto efeito de relações de poder-saber.

### **3.3 Técnicas de vigilância e de controle da população**

Segundo as análises desenvolvidas por Foucault (2006), as prisões modernas migraram de um poder punitivo para uma nova penalidade que, enquanto superfície de inscrição dos acontecimentos, marca a vigência de um novo exercício de poder que passou a vigorar no final do século XVIII e início do século XIX. Trata-se de uma nova mecânica do poder que “[...] em sua forma capilar de existir [...], encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes,

seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.” (FOUCAULT, 2006, p. 161). Deslocando para a nossa atualidade, essa forma capilar de existência do poder, que é exercitada pela governamentalidade a partir do século XIX, ainda vigora em nossa história recente, em diferentes domínios do saber.

Em se tratando de contexto de pandemia do Covid-19, aí também, as formas de vigilância e de controle não estiveram ausentes, pelo contrário, atuaram com vigor sobre os corpos, sobre as condutas, sobre a vida cotidiana dos sujeitos, colocando em funcionamento mais a força vigilante do Estado do que propriamente o combate aos avanços da pandemia.

Nas cidades, a polícia cumpriu a função fiscalizadora, mas também a própria população foi chamada a vigiar a si mesma, por meio de tecnologias de controle de si. Como se pode ler na reportagem abaixo, que acompanha a figura 3, na sua arte de governar e sem deixar ninguém fora da quadrícula, o Estado disponibilizou canais de denúncias à população, para denunciar casos de desrespeito às regras instituídas por meio de decretos, preços abusivos de material de higiene, etc, ou seja, a biopolítica acionou, não apenas os departamentos de vigilância do Estado para cumprirem a razão governamental, mas a população também foi chamada a atuar no controle da própria população, um refinamento, portanto, na arte de governar.

**Figura 3:** Tecnologias de controle de si



Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18974/>

### **Canais de denúncia recebem quase 900 chamados relacionados à pandemia durante o fim de semana**

Os canais oficiais para denúncias do sistema de segurança pública, o Disque Denúncia e o Centro Integrado de Operações (CIOP) receberam, no período de quinta-feira (9) até o domingo (12), 875 denúncias relacionadas a pandemia do novo coronavírus, mais especificamente sobre a desobediência ao decreto nº 609/2020, como o funcionamento de bares, academias e restaurantes, além de eventos, crime contra a economia popular e omissão na prevenção ao vírus, por exemplo. Os dados foram consolidados e anunciados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) nesta segunda-feira (13).

No Disque Denúncia foram 363 denúncias de quinta-feira a domingo. Já no Centro Integrado de Operações, 512 de sexta-feira a domingo. O Pará alcançou a 8ª posição no ranking dos Estados que mais obedeceu a recomendação de ficar em casa na sexta-feira (59,12%), ficou em 13º no sábado (51,8%) e no domingo caiu para a 16ª posição (58,8%). Apesar da taxa não ser muito negativa, os demais estados brasileiros também tiveram um bom índice, fazendo com que o Pará diminuísse oito posições.

**“Nesse domingo, em especial, nós percebemos muitas pessoas em feiras e supermercados, o que fez que a gente trabalhasse de forma dobrada e pudesse orientar a população para que ela ficasse dentro de casa ou que se tivesse que sair de sua residência, que usasse máscara e permanecesse o menor tempo possível nas ruas. Hoje sabemos que aqui a contaminação é comunitária, então todos devem se conscientizar da importância de ficar dentro de casa. Pelas próprias pessoas, por amigos e familiares”, alerta o secretário estadual de segurança pública, Ualame Machado.**

**Denúncias-** As denúncias podem ser feitas pelo Ciop, no número 190 e também nas multiplataformas do Disque Denúncia, seja chamada de voz no número 181, por

mensagem de whatsapp no 91 98115-9181, no formulário ou chatbot presentes no site [www.segup.pa.gov.br](http://www.segup.pa.gov.br), todas com o sigilo e anonimato garantidos. (Fonte: <https://agenciapara.com.br/noticia/18974/>).

O enunciado da figura 3, em análise, foi produzido em abril de 2020, quando vários Estados brasileiros já estavam implementando estratégias governamentais para o combate da doença, que já se alastrava por todo lugar. Dentre as medidas, estava a decretação de *lockdowns*. Além dos decretos já publicados em relação a contenção de gastos e a medidas sobre a circulação de pessoas, o Estado adotou um novo decreto declarando estado de Calamidade Pública em todo o território paraense, por meio do qual decretou-se *lockdown* na capital paraense e em mais cinco municípios da região metropolitana de Belém. O Estado implantou uma força-tarefa por meio e órgãos das forças de segurança (polícias civil, militar, corpo de bombeiros agentes de trânsito, defesa civil, etc.) e da saúde (vigilância sanitária, epidemiológica, etc), com a incumbência de orientar, fiscalizar e até mesmo aplicar penalidades à população, indo desde advertências até pagamentos de multas, caso descumprisse algumas das normas determinadas, valendo tanto para pessoas quanto para estabelecimentos, cujas atividades não se enquadrassem como essenciais.

Na imagem da figura 3, é possível observar a presença de policiais civis posicionados em frente a casas comerciais, a fim de fazerem a população cumprir o referido decreto. Mas, não apenas os policiais exerceram a função de vigilantes da população, a própria população também foi convocada a atuar como fiscalizadora de si mesma através de canais de disque-denúncia, como se pode ler na reportagem. Ou seja, em seu refinamento, o dispositivo de segurança arregimenta técnicas não mais circunscritas às esferas do poder estatal, uma vez que à população também é atribuída a responsabilidade de vigiar a conduta da população, portanto, de si mesma.

Pelo mecanismo de vigilância tem-se o que Foucault (2005) nomeou de “sociedade de normalização” em que se cruzam a norma, enquanto disciplina, e a norma enquanto regulamentação no cuidado com a população. Como lembra Foucault, na tecnologia do poder, não é exatamente com a sociedade que se lida, nem com o indivíduo corpo, na biopolítica, adquire centralidade a noção de população, enquanto um problema

político, de modo que os fenômenos são coletivos, tratados em massa, em seus efeitos econômicos e políticos. As denúncias não remetem efetivamente ao indivíduo descumpridor da norma. O disque denúncia oferece à arte de governar dados estatísticos, cálculos, medições e previsões que potencializam o próprio poder-saber governamental: *No Disque Denúncia foram 363 denúncias de quinta-feira a domingo[...] O Pará alcançou a 8ª posição no ranking dos Estados que mais obedeceu a recomendação de ficar em casa na sexta-feira (59,12%), ficou em 13º no sábado (51,8%) e no domingo caiu para a 16ª posição (58,8%).*

São técnicas da razão política que, embora não modifiquem efetivamente o fenômeno individual da doença, na medida em que pessoas continuam morrendo, trata-se de introduzir “[...] mecanismos reguladores que, nessa população global, com seu campo aleatório, vão poder, ficar em equilíbrio, estabelecer uma média [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 293). É a média de mortes, de sobreviventes, de pessoas que ficaram em casa que interessa à racionalidade do poder, justamente porque são essas médias que otimizam a própria força de atuação do poder. “[...] O governo só é possível quando se conhece a força do Estado: é por meio desse saber que ela pode ser mantida.” (FOUCAULT, 2004, p. 306-307).

Desse modo, na governamentalidade, a biopolítica atua a partir de técnicas, mecanismos que não intervêm diretamente sobre o corpo individual, mas de forma massificante sobre população, sobretudo quando esta se encontra diante de um fenômeno global, como a pandemia do Covid-19. As taxas, os cálculos, as previsões fornecem saberes para a obtenção de equilíbrios, de regularidades sobre a vida, embora não se possa descartar definitivamente os mecanismos disciplinares na sua forma específica, mas, tratá-los articulados aos mecanismos regulamentadores.

O que está em questão nesse gesto de governo é a força do dispositivo de segurança que se propaga em toda a sociedade, produzindo o efeito da normalização dos corpos que transitam na cidade em contextos de pandemia. O discurso coloca em funcionamento um “[...] jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.” (FOUCAULT, 2005, p. 302). Por esse funcionamento de normalização, o sujeito não apenas é vigiado como também é vigilante

do outro, ou seja, trata-se de um corpo não apenas disciplinado, mas também disciplinador, “portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida.” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

### **Considerações finais**

Com o objetivo de analisar efeitos de governamentalidade em reportagens produzidas pela Agência Pará de Notícias do Governo do Estado do Pará, durante a pandemia do Covid-19, nossas reflexões remeteram ao modo como o dispositivo de segurança entra como linha de força, colocando em articulação mecanismos de disciplina e de regulamentação, na organização, controle, seleção e distribuição dos corpos, em tempos de pandemia.

Por meio das tecnologias de poder, a racionalidade governamental coloca em jogo diferentes estratégias, que não apenas se voltam ao fenômeno da doença, ao domínio da saúde da população, mas, sobretudo, se voltam massivamente para a produção de novas condutas e de subjetividades, a partir de estratégias que reforçam o modo racional de o Estado moderno se constituir, tendo a população como seu alvo de atuação e de normalização, sem que nada escape aos olhos do poder-saber.

Assim, em tempo de pandemia do Covid-19, a arte de governar arregimentou, sob o cuidado com a população, diferentes saberes que se articulam, produzindo sempre e mais novos saberes que extrapolam a questão de saúde pública e que otimizam a própria racionalidade do poder. É o dispositivo de segurança que normaliza a separação e a interdição dos corpos classificados em corpos sadios e corpos doentes. É o dispositivo de segurança que orienta a governamentalidade a lidar com o previsível, o cálculo que permite manter a média dentro da qual deve estar a segurança da população. São as médias e as previsões de bem-estar da população que garantem a eficácia da arte de governar. O que fica, portanto, fora do cálculo é também a média suportável de se deixar morrer. “E tanto o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer.” (FOUCAULT, 2004, p 308).

Ainda em se tratando do dispositivo de segurança, por meio dele o Estado moderno não se vale mais tanto das leis ou da interdição, mas da população, com seus

problemas, seus sonhos e desejos, tomados como alvo da tecnologia política, razão de existência da arte de governar.

### Referências

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. Michel *Foucault*, uma trajetória filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Portos Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. A Tecnologia política dos indivíduos. In: *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p.301-319.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. Aula de 7 de janeiro de 1976, pp. 3-26. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, Poder-Saber; organização e seleção de textos* Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: *Ditos e escritos, volume VI: Repensar a política*. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa; [organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta]. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 1-24.

GREGOLIN, Maria R.V. No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (Org). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.



VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.